



Especialistas debatem teste do pezinho na CDH

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promove hoje debate sobre as novas possibilidades do teste do pezinho, realizado em recém-nascidos. **2**

Brasil no conselho da ONU em discussão

Debate marcado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para hoje, às 18h, reúne diplomatas e especialistas em relações internacionais. **2**

A educação como base para prevenir desastres

Cidadania, educação e prevenção foram o caminho apontado pelos participantes do primeiro debate da Comissão Especial de Defesa Civil, sexta-feira, em Santa Catarina. **7**

Senado deve aprofundar debate do Código Florestal

Relatórios das comissões incumbidas de analisar proposta antes do Plenário devem ficar prontos entre 90 e 120 dias. Tendência é focar esforço na solução dos itens mais polêmicos



Derrubada na Amazônia: discussão do código colocou em posições antagônicas produtores rurais e ecologistas, o que o Senado quer evitar

O Senado quer se dedicar, pelos próximos quatro meses, a promover um debate profundo e sem pressa do novo Código Florestal. Essa é a opinião de lide-

ranças da Casa, como o presidente José Sarney e o líder do governo, Romero Jucá. As comissões que farão a análise do projeto – CCJ, CRA e CMA – já escolheram os relatores,

mas pareceres devem levar de 90 a 120 dias para serem votados. Série de debates começa nesta quinta-feira, com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. **4 e 5**

Estacionamento em *shopping center* pode ser gratuito **8**

CCJ vota emendas ao projeto que altera rito das MPs **8**

Produtores de arroz cobram ajuste nas regras comerciais do Mercosul

Um ajuste nas regras de livre comércio do Mercosul foi a principal reivindicação dos produtores de arroz e trigo da

região Sul que participaram de audiência na Comissão de Agricultura. Eles dizem que a falta de acesso dos brasilei-

ros a insumos importados e o alto preço dos equipamentos no país prejudicam a competitividade do setor. **7**

José Maria dos Anjos (E), Flávio Turra, senadora Ana Amélia, Francisco Schardong e Márcio Langer apontam dificuldades da produção nacional de arroz no Mercosul



CDH discute hoje melhorias no teste do pezinho

Especialistas participam de audiência pública para avaliar os avanços recentes no exame que pode detectar em recém-nascidos doenças graves como a fenilcetonúria

O TESTE DO pezinho, realizado em recém-nascidos, será tema de audiência pública hoje, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Os senadores ouvirão especialistas sobre avanços recentes e possibilidades de se aprimorar a aplicação do teste.

Entre as doenças que podem ser detectadas, estão a fenilcetonúria e o hipotireoidismo congênito, que podem causar danos ao cérebro do bebê. A realização do teste e o diagnóstico precoce das doenças, geralmente assintomáticas no início, podem impedir esses danos.

O requerimento para o debate foi apresentado pelos senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR)

e Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Miranda Magalhães Júnior; a presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal, Paula Regla Vargas; o vice-diretor do Núcleo de Ações e Pesquisa de Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Marcos José Burle de Aguiar; o presidente da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, José Alcides Marton da Silva; a professora da Universidade Federal de São Paulo Ana Maria Martins; e o presidente da Associação Brasileira de Amparo ao Fibrocístico, Fernando Gomide.

Venilton Kuchley/SESA



Realização do teste do pezinho e o diagnóstico precoce das doenças podem impedir graves danos ao cérebro do bebê

CRE debate as perspectivas do Brasil no Conselho de Segurança

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza hoje, às 18h, o painel "O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU – perspectivas". O debate integra o ciclo de palestras que a comissão vem realizando sobre geopolítica e relações internacionais, com o objetivo de discutir os rumos da política externa brasileira em 2011 e 2012.

Participarão do encontro o embaixador Ronaldo Sardenberg, o

professor do Ibmec-DF Creomar Lima Carvalho de Souza, o professor da PUC-MG Danny Zahreddine, e o professor do Centro para Estudos Brasileiros da Universidade de Columbia Albert Fishlow.

Na última reunião, a CRE, que é presidida pelo senador Fernando Collor (PTB-AL), debateu as influências da China e da Al-Qaeda no continente africano.

Encontro reúne especialistas sobre mídias digitais

O Senado reunirá no dia 14 de junho especialistas em mídias digitais do Brasil para discutir como as redes sociais têm ajudado a consolidar um novo canal de comunicação entre o Parlamento e o cidadão. Outro ponto a ser discutido no evento é o monitoramento das redes sociais: como é possível aproveitar melhor as sugestões, críticas desse processo de diálogo com o público.

Mediado pelo secretário de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, painel com a participação do presidente José Sarney, de Manoel Fernandes, da Bites Consultoria, e de Maria Cláudia Bacci, da FSB PR Digital, braço de comunicação digital da FSB Comunicações, debaterá o diálogo entre parlamento e sociedade nas mídias sociais

Congresso faz homenagem à Marinha do Brasil

O Congresso realiza sessão solene nesta quinta-feira, para comemorar o 146º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, celebrado em 11 de junho, data também escolhida para homenagear a Marinha do Brasil.

Ocorrida em 1865 às margens do rio Riachuelo – um afluente do rio Paraguai –, em Corrientes, na Argentina, essa batalha é considerada pelos historiadores como uma das mais importantes durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). A esquadra brasileira foi comandada por Francisco Manuel Barroso da Silva, que derrotou a esquadra paraguaia, sob ordens do presidente Francisco Solano López.

A guerra foi vencida pelos países aliados, Brasil, Argentina e Uruguai, na Batalha de Riachuelo e na luta de Uruguiana.

Lobão Filho recebe alta em São Paulo e retorna ao trabalho amanhã

O senador Lobão Filho (PMDB-MA) recebeu alta do hospital Albert Einstein, onde estava internado, e já está em Brasília. Segundo sua assessora, ele deve retornar ao trabalho amanhã participando da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Lobão Filho

Em 12 de maio, Lobão Filho sofreu um grave acidente de carro em São Luís e chegou a ficar internado em uma unidade de tratamento intensivo (UTI).

Seu tratamento começou na capital maranhense e prosseguiu em São Paulo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Entrega de diploma

12h Sessão destinada à entrega do Diploma José Ermírio de Moraes. Às 14h, os senadores comemoram os 50 anos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares.

CDH Teste do pezinho

9h Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com o secretário de Atenção à Saúde, Helvécio Miranda Magalhães Júnior, para discutir o teste do pezinho.

CRE Conselho de Segurança

18h "O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU – perspectivas" é o tema do oitavo painel sobre os rumos da política externa brasileira (2011-2012) da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Entre os participantes, o embaixador Ronaldo Sardenberg.

Terça-feira

CAS/CDH Inibidores de apetite

9h As comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos realizam audiência pública sobre a proposta da Anvisa de retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite. O diretor da Associação Brasileira de Nutrologia, Paulo Giorelli, é um dos convidados.

Amazônia Segurança na fronteira

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira promove audiência pública para discutir com os secretários de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e de Mato Grosso do Sul o tema fronteiras e segurança nacional.

CCJ Ações rescisórias

10h A comissão ouve o presidente do STF, Cezar Peluso, sobre proposta de emenda à Constituição que transforma os recursos extraordinários e especial em ações rescisórias. Às 14h, examina as indicações de Jorge Hélio Chaves de Oliveira (CNJ) e de Maria Ester Henriques Tavares (CNMP).

CE Consumo sustentável

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa, entre outras matérias, projeto que institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.

CMA Atendimento obrigatório

11h30 A Comissão de Meio Ambiente analisa projeto que obriga o fornecedor de serviços a manter atendimento telefônico automático para cancelamento.

CI/CDR/CAE/CMA Tráfego aéreo

14h Para discutir as implicações de eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, quatro comissões tratam da situação do tráfego aéreo e a modernização e ampliação da estrutura atual com o ministro da Secretaria Nacional de Aviação Civil, Wagner Bittencourt de Oliveira, e outros.

Reforma Regulamento Administrativo

18h30 A Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa examina projeto que altera o Regulamento Administrativo do Senado.

Quarta-feira

CCT Marco civil da internet

9h Audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática discute o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta de um marco civil da internet. Entre os participantes, o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo de Castro Pereira. Logo depois, votação de emendas da comissão ao projeto que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012.

CAS Emendas à LDO

9h Votação de emendas ao projeto de LDO de 2012 pela Comissão de Assuntos Sociais.

CCJ Reforma política na pauta

10h Proposta que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias é o primeiro item da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Também votação, em turno suplementar, de substitutivo a projeto que restabelece o fuso horário do Acre.

CDR Propostas à LDO de 2012

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo se reúne para discussão e votação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012.

Quinta-feira

CI Votação de emendas

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura vota emendas ao projeto da LDO de 2012. Analisa ainda a indicação de Marcelo Pacheco dos Guaranyrs para diretor da Anac.

Defesa Ministro da Integração

9h30 Audiência pública da Subcomissão Temporária do Sistema Nacional de Defesa Civil com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

Saúde Debate sobre o Samu

11h A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que integra a CAS, realiza audiência pública sobre os serviços de emergência – Samu e unidades de pronto atendimento.

Homenagem Batalha do Riachuelo

10h O Congresso realiza sessão solene para comemorar o 146º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo.

SESSÕES ON-LINE: Confira a agenda das sessões no Plenário e nas comissões
 Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
 Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Primeiro item da pauta de amanhã é o projeto de lei complementar que inclui mais 13 atividades empresariais no regime simplificado de tributação

Senado decide sobre ampliação do Simples

O PROJETO DE lei do Senado (PLS 467/08 – Complementar) que amplia o leque de atividades empresariais aptas a participar do Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) é o primeiro item da pauta de votações de amanhã.

O projeto altera a Lei Complementar 123/06, que instituiu o Simples Nacional – regime tributário diferenciado e simplificado que visa favorecer as microempresas e empresas de pequeno porte – para incluir mais 13 áreas de atividades. Microempresa é definida como aquela que obtém receita bruta igual ou inferior a R\$ 240 mil por ano. Já a empresa de pequeno porte é a que tem receita bruta anual superior a R\$ 240 mil e igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões.

A principal restrição ao ingresso de empresas no Simples Nacional está no artigo 17 dessa legislação, que veda a participação de empresas prestadoras de serviços decorrentes de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural. Esse artigo proíbe também a utilização do regime tributário diferenciado às empresas que prestam serviços de instrutor, corretor, despachante ou qualquer tipo de intermediação de negócios.

Segundo a autora, a então senadora Ideli Salvatti, só deve haver distinção entre as empresas com relação ao faturamento ou receita bruta e não quanto à natureza da atividade profissional. No entanto, ressaltou, algumas atividades de interesse público, como a financeira e a de fornecimento de energia elétrica, devem continuar excluídas do Simples.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



A fisioterapeuta Juci Lima deve ser beneficiada com a inclusão de novas atividades de micro e pequenas empresas no regime de tributação diferenciada

Novas atividades

- ▶ Medicina
- ▶ Medicina Veterinária
- ▶ Odontologia
- ▶ Psicologia, Psicanálise, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia e clínicas de nutrição
- ▶ Fisioterapia
- ▶ Advocacia
- ▶ Serviços de comissariado, de despachantes e de tradução
- ▶ Arquitetura, Engenharia, medição, testes, desenho e Agronomia
- ▶ Corretagem de seguros
- ▶ Representação comercial
- ▶ Perícia, leilão e avaliação
- ▶ Auditoria e consultoria
- ▶ Jornalismo e Publicidade

Projeto regulamenta licenciamento ambiental

O Plenário pode votar amanhã o projeto de lei da Câmara (PLC 1/10 – Complementar) que regulamenta o licenciamento ambiental e define as competências da União, dos estados e dos municípios.

Apresentado pelo deputado Sarney Filho (PV-MA), o projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou o relatório da senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Sarney Filho argumenta que a CPI que investigou o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres recomendou que os Poderes Executivo e Legislativo aprovassem lei complementar para regular a competência da União, dos estados e municípios na questão ambiental.

De acordo com o projeto, o órgão encarregado de conceder a licença ambiental terá competência para fiscalizar irregularidades e até multar empresas que descumprirem a legislação do setor na obra licenciada, ponto considerado polêmico.

Segundo os críticos dessa medida, isso poderá diminuir a atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e dificultar o alcance da meta do governo federal de reduzir em 80% o desmatamento na região amazônica.

A proposta estabelece conceitos de licenciamento ambiental, bem como de atuação supletiva e subsidiária dos entes federados na esfera

ambiental administrativa, e inclui, entre os objetivos dessa competência comum, o de harmonizar as políticas e ações do setor, para evitar a sobreposição de atuação.

Contempla também diversos instrumentos de cooperação entre os estados, municípios e o DF, como consórcios públicos, convênios e acordos de cooperação técnica, comissões tripartites em nível nacional e estadual e fundos públicos e privados, entre outros.

A pauta inclui também projetos de decreto legislativo que ratificam acordos internacionais, além da quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 11/11 que altera o sistema de tramitação das medidas provisórias.

PR: Requião cobra mudança nas concessões de rodovias



Roberto Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) reclamou mudanças no modelo de concessão de rodovias e a revisão dos contratos de pedágio feitos nos anos 1990 no Paraná. Os preços cobrados são um “assalto ao bolso dos paranaenses”, disse ele. Para Requião, as seis concessionárias que operam no estado deturpam os gastos com a manutenção das rodovias,

além de não cumprir determinações contratuais.

– O valor recebido por estas empresas daria para duplicar 2.500 quilômetros de rodovias, como previa os contratos, mais 2 mil adicionais. Ao invés disso, foram duplicados apenas 144 quilômetros e fizeram um contorno de 21 quilômetros com pista dupla. Na verdade, fizeram pouco mais que pintar o asfalto, roçar as margens das estradas, instalar as cabines de cobrança – afirmou.

Os recursos obtidos com os pedágios não são devidamente empregados na melhoria das rodovias, prejudicando os produtores, já que 65% da produção do estado é escoada por transporte rodoviário até o Porto de Paranaguá.

Proposta de Santiago cria zona franca no Nordeste



Wilson Santiago

Com o objetivo de resolver o problema de falta de oportunidades no semiárido nordestino, Wilson Santiago (PMDB-PB) apresentou, com o apoio de mais de 40 senadores, proposta de emenda à Constituição criando uma zona franca no semiárido. Em discurso na sexta-feira, ele disse que essa iniciativa teria para o semiárido o

mesmo impacto econômico e social da Zona Franca de Manaus para a região Norte. A proposta (PEC 18/11) encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda a designação de relator.

Wilson Santiago também aplaudiu o lançamento, pelo governo federal, do programa Brasil Sem Miséria, mas defendeu, como continuidade da medida governamental, a inserção econômica da população assistida. Depois de observar que 59% da miséria se concentra no Nordeste, o senador disse que a situação é ainda mais difícil no semiárido, onde vivem 15 milhões dos quase 40 milhões de nordestinos.

Paim reclama redução dos impostos para os mais pobres



Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) cobrou o compromisso do Congresso Nacional de aprovar uma reforma tributária que alivie a carga de impostos pagos pelos brasileiros mais pobres. Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os 10% mais pobres comprometem cerca de 30% de sua renda com o pagamento de tributos, enquanto os 10% mais

ricos utilizam apenas 12%.

– O pobre não paga imposto de renda, mas sofre com os impostos indiretos cobrados sobre o consumo, principalmente de alimentos – argumentou.

Paim lamentou a posição do Brasil como 9º colocado no ranking mundial de bilionários e comemorou a decisão da presidente Dilma Rousseff de lançar o programa Brasil Sem Miséria, que promete investir R\$ 20 bilhões na assistência a 16,2 milhões de pessoas ainda relegadas à condição de miséria.

O senador ressaltou a iniciativa do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, de editar um decreto reservando 20% das vagas nos concursos públicos estaduais para negros e índios.

Discussões levarão o tempo que for necessário, afirma Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou na sexta-feira que a Casa levará o tempo necessário para votar o projeto do novo Código Florestal.



Sarney também cobrou ação enérgica para o combate à violência no campo

necessário para que a questão seja totalmente debatida. Quantos meses nós vamos levar nisto eu não sei, mas uma coisa é verdade: não podemos levar nem muito tempo nem pouco tempo também – avaliou.

Conforme matéria publicada pela Agência Brasil na quinta-feira, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) declarou que o Senado tem condição de votar o Código Florestal dentro de 45 dias, antes do recesso do Legislativo.

Relatório fica pronto em 120 dias no máximo, diz Gurgacz

O relatório sobre o projeto de lei que altera o Código Florestal (PLC 30/2011) deverá estar pronto para votação em Plenário em um prazo de 90 a 120 dias, no máximo.

Luiz Henrique (PMDB-SC) foi confirmado como relator da proposta na comissão. O senador também vai relatar a matéria na CCJ. Jorge Viana (PT-AC) será o relator na CMA, segundo confirmou o presidente do colegiado, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

As comissões de Agricultura e de Meio Ambiente, segundo Gurgacz, trabalharão em conjunto na elaboração de um único relatório e também na realização de todos os debates.

Entendemos que não há divergências entre produtores rurais e ambientalistas – assinalou.

Para Gurgacz, o fato de o senador Luiz Henrique ser o relator tanto na CCJ quanto na CRA também facilitará o acordo.

Sobre a não inclusão da CCJ nos trabalhos conjuntos para a elaboração do relatório final sobre o projeto, o presidente da CRA explicou que o parecer daquele colegiado, por versar somente sobre a parte constitucional da proposta, não representará mudanças no projeto, como poderão fazer as outras duas comissões.

O presidente da CRA informou que terá amanhã uma reunião com Rodrigo Rollemberg para elaborar um calendário conjunto de debates internos, audiências e reuniões entre as duas comissões.

O primeiro debate já está agendado para a quinta-feira, às 11h, com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que confirmou presença na audiência conjunta.

Viana procura evitar clima emocional que cerca projeto

Indicado relator do projeto do Código Florestal na CMA, o senador Jorge Viana anunciou, na semana passada, que pretende organizar audiências públicas para debater a matéria a partir do texto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, focando as discussões nos pontos divergentes do relatório, como a anistia a quem desmatou em áreas de proteção permanente e a prerrogativa exclusiva da União de legislar sobre meio ambiente.

A informação foi divulgada pelo Boletim da Liderança do PT no Senado. Segundo o senador, já se passou a fase de “colher novas ideias para o Código”, e o momento agora é de ouvir pessoas com conhecimento, para buscar possíveis soluções que aprimorem o que foi aprovado na Câmara.

– Vamos começar pela comunidade científica, em busca de avaliações embasadas, desprovidas da emoção que o tema da preservação ambiental provoca – disse o senador, que já realizou a primeira reunião de trabalho sobre o projeto, o Código Florestal com Rodrigo Rollemberg, presidente da CMA.

De acordo com Jorge Viana, a CMA deverá ouvir, além do deputado Aldo Rebelo e da comunidade científica, especialistas em Direito Ambiental.

– Vamos ouvir todos, mas com uma preocupação que antecederá qualquer convite ou audiência pública, que é a necessidade de estabelecermos um diálogo sem a mesma carga emocional que prejudicou o entendimento na Câmara – afirmou.



Desmatamento na Amazônia cresceu, segundo estatísticas divulgadas no mês passado: novo código deve buscar equilíbrio entre a produção agropecuária e o dever de preservar o meio ambiente

Senadores querem aprofundar discussão do Código Florestal

Cercado de polêmica, projeto só foi aprovado na Câmara dos Deputados depois de fracassadas todas as tentativas de consenso acerca de itens como punições aos desmatadores e prerrogativas da União para legislar sobre meio ambiente.

A APROVAÇÃO DO novo Código Florestal no Senado promete exigir uma delicada engenharia política para evitar – como já ocorreu na Câmara dos Deputados, em 24 de maio – um embate aberto entre as partes em disputa.

O encontro com ministra reunirá as comissões de Agricultura (CRA) e do Meio Ambiente (CMA), um sinal de que a Casa quer fazer confluir no debate os interesses aparentemente antagônicos da agropecuária e da ecologia.

A decisão de fazer debates conjuntos, e até um só relatório, foi tomada pelos presidentes das duas comissões, Acir Gurgacz (PDT-RO) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), atendendo à determinação do presidente do Senado, José Sarney, de fazer um exame aprofundado da matéria.

– Aqui vamos buscar conhecimento e evitar emoções exacerbadas – recebeu o relator do projeto (PLC 30/11) na CMA, Jorge Viana (PT-AC). Na CRA e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o relator será Luiz Henrique (PMDB-SC).

A declaração de Viana, representante de um estado considerado modelo ambiental, é um contraponto ao clima que prevaleceu durante

as negociações na Câmara. Ali, o texto teve uma arrastada tramitação para transformar-se, ao final de 12 anos, em objeto de batalha. De um lado, favoráveis ao relator, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), os produtores rurais, que se aliam a outros setores da economia e ganharam apoio da Confederação Nacional de Municípios (CNM). De outro, os ambientalistas, juntamente com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Todos se mobilizaram por meio de manifestações em frente ao Congresso e pela internet. Mesmo o governo, que buscou o acordo entre as várias forças políticas envolvidas, ficou dividido. Enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apoiou o texto, o Ministério do Meio Ambiente se opôs.

Depois de muita polêmica, alguns trechos do relatório foram alterados, sem que se chegasse a um acordo completo. E o Planalto, que tentava garantir o consenso, terminou por deixar o embate ocorrer na votação.

Esgotadas as esperanças de acordo, o relatório de Rebelo saiu vencedor com 410 votos a favor, 63 contra e 1 abstenção. A expressiva vitória abriu ferida na base do governo: o PMDB pendeu para os produtores rurais e, além de apoiar o texto, introduziu emenda que reduz a competência da União sobre a preservação ambiental e abre o rigor da lei para quem já desmatou; o PT, em sua maioria, votou com o relator, mas se opôs à

emenda do PMDB. A sessão da Câmara foi marcada por discursos inflamados, principalmente depois de o líder do governo, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), transmitir um recado da presidente Dilma Rousseff: a emenda era considerada “uma vergonha” por representar anistia a desmatadores.

O resultado foi considerado por analistas como a primeira derrota de Dilma no Congresso e um sinal de fragilidade da base parlamentar da presidente. A votação teria causado mal-estar entre o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, e o vice-presidente da República, Michel Temer, do PMDB, que apoiou a emenda.

Contente ficou, por exemplo, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Desapontadas, as entidades ambientalistas e os ex-ministros do Meio Ambiente, que haviam se mobilizado para adiar a votação.

O texto deve mudar no Senado, conforme acreditam o próprio presidente José Sarney e o líder do governo, Romero Jucá (RR), um peemedebista. O quanto mudará ainda não se sabe, mas há uma certeza: não será da noite para o dia. A princípio, Jucá previa até quatro meses de tramitação, como anunciado por Gurgacz. O próprio Jucá, porém, já falou em seis meses. Pelo mesmo prazo poderá ser prorrogada a entrada em vigor de punições a quem desmatou em desacordo com o Código Florestal vigente.

O governo já sinalizou que pretende, ao menos, derrubar a emenda do PMDB. E Sarney manifestou-se contra a anistia a desmatadores, depois de recomendar que a matéria seja discutida “pelo tempo que for necessário”.

A escolha dos relatores já denota que há muito o que negociar. Ao contrário de Jorge Viana, relator na CMA – última comissão antes de o texto ir a Plenário –, o relator na CRA e na CCJ, Luiz Henrique, tem defendido integralmente o texto aprovado na Câmara. Ele disse acreditar em pequenas mudanças no Senado. No mesmo sentido, a senadora Kátia Abreu (DEM), que preside a CNA, aposta numa tramitação mais rápida.

No Plenário, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) tem sido voz contrária ao texto de Rebelo. Ele classifica o PLC 30/11 como um grande retrocesso. Já o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) defende o texto e nega que ele possa incentivar o desmatamento e que contenha anistia a quem desmatou a lei. O desafio será encontrar o ponto de intercessão entre os dois discursos.



Jorge Viana, relator na CMA, promete fazer discussão “sem emocionalismos” e quer ouvir comunidade científica



O senador Luiz Henrique foi escolhido para relatar o projeto em duas comissões: CCJ e CRA

Proposta estabelece novas regras para proteção do meio ambiente

A proposta de novo Código Florestal define como áreas de proteção permanente (APPs) as que, cobertas ou não por vegetação nativa, têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, além de facilitar o fluxo de fauna e flora, proteger o solo e assegurar bem-estar da população.

Já a reserva legal corresponde à área de preservação localizada no interior de uma propriedade ou posse rural para assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos, assim como conservar a biodiversidade, o abrigo e a proteção de fauna silvestre e flora nativa.

Imóveis rurais situados na Amazônia Legal, segundo o projeto elaborado pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), devem ter reserva legal nos seguintes percentuais: em região de florestas, 80%; em área de Cerrado, a faixa a ser preservada é de 35%; e em campos gerais, 20%. Para as demais regiões do país, os imóveis rurais devem destinar 20% à reserva legal.

A proposta da Câmara dos Deputados mantém as regras para a proteção obrigatória junto aos leitos dos rios – as chamadas matas ciliares –, mas cria uma nova faixa, de 15 metros, para cursos de água de até cinco metros de largura, metade do que é exigido atualmente para rios dessa dimensão.

O que muda com o texto aprovado pelos deputados

Table with 2 columns: LEI 4.771/65 (CÓDIGO ATUAL) and TEXTO QUE CHEGOU AO SENADO. Rows include: ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs), RESERVA LEGAL, ÁREAS DE OCUPAÇÃO CONSOLIDADA, PUNIÇÃO PREVISTA, COMPETÊNCIA PARA EMITIR O LICENCIAMENTO, and MORATÓRIA DE DESMATAMENTO.

Três projetos da reforma política na pauta da CCJ

A pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na quarta-feira, inclui três propostas elaboradas pela Comissão Especial de Reforma Política neste ano.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 40/11 acaba com as chamadas coligações partidárias nas eleições para deputados e vereadores. São admitidas coligações apenas nas eleições majoritárias (presidente, governador, prefeito e senador).

Já o Projeto de Lei do Senado (PLS) 265/11 impede que prefeitos e vice-prefeitos transfiram o domicílio eleitoral durante o exercício do mandato.

A PEC 38/11 aumenta para cinco anos o mandato de presidente, governador e prefeito. O primeiro tomará posse em 10 de janeiro e os dois últimos em 15 de janeiro, e não mais no dia 1º, como acontece hoje. Todos os que hoje estão no exercício do cargo continuam com quatro anos de mandato, que se encerrará conforme a legislação atual, em 1º de janeiro. As novas normas passarão a valer para prefeitos eleitos em 2012 e presidente e governadores eleitos em 2014.

As regras previstas em proposta que tramita na Câmara desde 2008 definem os percentuais mínimos de gasto da União, estados e municípios com a saúde pública

João Alberto pede à Câmara regulamentação da EC 29

O SENADOR JOÃO Alberto Souza (PMDB-MA) apelou aos deputados pela aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que estabelece percentuais mínimos para os gastos com saúde por parte da União, estados e municípios. Apesar de a Constituição garantir atendimento universal com qualidade, ressaltou, a falta de recursos impede que o Sistema Único de Saúde (SUS) supra as demandas dos brasileiros.

– Ou damos as condições de financiamento necessárias para o bom e regular funcionamento de nosso Sistema Único de Saúde ou a universalização plena, com qualidade de serviços, continuará a ser uma quimera – disse João Alberto, que recebeu apoio da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A regulamentação da EC 29 foi proposta pelo ex-senador Tião Viana e está pronta para ser votada na Câmara desde 2008. A proposta determina que os estados deverão aplicar na saúde 12% da receita corrente bruta e os municípios, 15%. O Distrito Federal deverá aplicar 12% ou 15%, conforme receita



Fotos de Felipe Barros/Senado Federal

Senador afirma que poder público é responsável por apenas 44% dos gastos

originária de um imposto de base estadual ou municipal.

João Alberto observou que, nos últimos 20 anos, houve mudanças importantes no perfil da população e no tipo de doenças. Hoje, o país possui mais idosos e a maior parte das mortes é devida ao câncer e a problemas no aparelho circulatório. Há pouco mais de duas décadas, a população morria principalmente por doenças infectoparasitárias. Essa mudança, disse o senador, exige formas de manutenção e investimento no SUS para que ele cumpra suas atribuições.

O senador ressaltou que mais

de 160 milhões dependem do SUS para cuidar da saúde, mas o setor público participa com 44% do gasto, ficando o setor privado responsável pela maior parte. Em países com saúde pública similar à do Brasil, como o Reino Unido, o gasto público chega a 97%.

– Vê-se, portanto, a ineficácia do nosso modelo de financiamento atual. Nossa legislação, pródiga em instituir direitos e garantias com extrema prontidão, não costuma ter a mesma eficiência na construção dos instrumentos necessários para a sua materialização e funcionamento.

Jucá cobra apoio à defesa sanitária da Amazônia

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) deu seu apoio à reivindicação de secretários estaduais de Agricultura da região Norte, que em documento divulgado recentemente pediram que o governo federal dê prioridade aos investimentos em defesa animal e vegetal.

– É preciso garantir um cordão de sanidade na Amazônia – afirmou o líder do governo.

Ao dar um exemplo de como está a situação na região, Jucá disse que Roraima “vem enfrentando problemas com as pragas provenientes da Guiana e da Venezuela”. Ele argumentou que, “ao proteger a Amazônia, protege-se também o restante do país”.



Jucá apoia reivindicação de secretários de Agricultura

O senador apoiou o pedido, feito pelos governos de Amazonas, Amapá e Roraima, de que o status sanitário desses três estados seja elevado de “alto risco” para “médio risco” no que se refere à febre aftosa. Segundo ele, tal medida permitiria uma estratégia para que, até 2012, esses estados comprovem sua sanidade e, então, possam vender carne para o restante do país e para o exterior.

Ana Amélia diz que embargo russo à carne é represália

O novo embargo da Rússia à importação de carne brasileira foi criticado pela senadora Ana Amélia (PP-RS) na sexta-feira. Representante de uma das regiões mais afetadas com a decisão, ela garantiu que não há justificativa técnica para a medida.

– Para se ter uma ideia da dimensão desse gravíssimo problema, basta dizer que, em 2010, exportamos o equivalente a US\$ 2 bilhões em carne bovina, suína e de frango para aquele mercado – criticou a senadora.

A Rússia alegou questões de ordem sanitária, mas Ana Amélia disse que, nos meios diplomáticos, haveria a desconfiança de que os motivos seriam outros.

– Suspeita-se que a Rússia estaria dando o troco ao Brasil por não ter tomado uma posição firme no sentido de apoiar a sua entrada na Organização Mun-

dial do Comércio – disse.

Ana Amélia afirmou que o governo precisa reagir de “maneira firme e enérgica” para mostrar a qualidade do serviço nacional e evitar essa “tentativa da Rússia de criar um problema grave sem justificativa técnica”. Ao mesmo tempo, ela alertou para a necessidade de o Brasil ter uma produção cada vez mais qualificada sob a ótica da sanidade animal, para evitar a imposição de barreiras que prejudiquem a exportação nacional.

A senadora acrescentou que o Brasil precisa discutir questões de ordem internacional que estão afetando o mercado interno – como a entrada no país de produtos chineses a preços muito mais baratos do que os produzidos no Brasil, causada, em parte, pela incapacidade de investimentos das empresas nacionais.

CI sabatina indicado para presidir Anac

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sabatina, na quinta-feira, às 9h, o indicado pela presidente Dilma Rousseff para o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Pacheco dos Guarany. Se aprovada, a indicação segue para o Plenário.

Em reunião realizada no último dia 2, os senadores da comissão afirmaram que a formação e a experiência profissional de Guarany o credenciam para o cargo. O indicado é formado em Direito e Economia, com especialização em Direito Econômico e mestrado em Direito Público. Desde 2001, é analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro do Ministério da Fazenda. Atuou como diretor de Regulação Econômica da Anac entre 2007 e 2010 e, atualmente, é assessor da Secretaria para Setores de Infraestrutura da Casa Civil da Presidência da República.

– Tenho certeza de que vamos colocar na direção da Anac alguém com capacidade de desenvolver um grande trabalho – disse o relator da mensagem presidencial, senador Walter Pinheiro (PT-BA), ao citar participação de Guarany no processo de implantação de medidas para garantir direitos dos usuários do transporte aéreo.

Guarany é indicado para vaga decorrente do término do mandato de Solange Paiva Vieira, em março deste ano. Desde então, o órgão vem sendo conduzido por Carlos Eduardo Pellegrino.

Emendas

Na mesma reunião, os senadores devem decidir sobre as emendas que serão apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PL 2/11, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012. O relator é o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • João Alberto Souza

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Sueli Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes,

Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Comissão debate defesa civil em SC

Cidadania, educação e prevenção contra desastres foi o caminho apontado pelos participantes da primeira audiência pública da Comissão Especial de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil do Senado, realizada na sexta-feira, em Santa Catarina. O encontro recolheu sugestões de prefeitos, bombeiros e pesquisadores dos três estados do Sul. Outras quatro reuniões estão agendadas para as demais regiões do país.

O objetivo da comissão é elaborar as bases de uma legislação adequada à realidade brasileira. A comissão, instalada no começo de maio, tem 90 dias para apresentar resultados.

– Temos de dar uma contribuição efetiva para que se salvem vidas, por meio de um sistema responsável de monitoramento e prevenção. E, ao mesmo tempo, ter um eficiente sistema de socorro às vítimas dos problemas do nosso país continental – destacou o senador Jorge Viana (PT-AC), presidente do colegiado.

Para o relator da comissão, Casildo Maldaner (PMDB-SC), as sugestões foram riquíssimas. “Vamos buscar uma atuação preventiva, com agilidade na resposta, além de investimento em conscientização da população”, afirmou.

Maldaner explicou que Santa Catarina foi o estado escolhido para iniciar a discussão devido ao seu histórico em desastres naturais e pela valiosa experiência das equipes municipais e estaduais de Defesa Civil e de grupos de voluntários. A assembleia legislativa do estado tem, inclusive, uma comissão permanente para cuidar do assunto, disse o senador.

Outro representante catarinense, Paulo Bauer (PSDB) frisou que é preciso melhorar o entendimento do que é defesa civil no Brasil.

Vice-presidente da comissão, Inácio Arruda (PCdoB-CE) citou a experiência de outros países, inclusive da América do Sul, com mais preparo para atuar em casos de desastres.

Em cerca de uma hora, representantes de mais de 30 municípios dos três estados deram sugestões, prevalecendo o consenso de que deve haver um grande investimento na educação, desde o ensino fundamental.

Integrantes da Defesa Civil do Paraná e do Rio Grande do Sul também debateram os principais problemas de cada região – que vão de estiagem a inundações e vendavais. A raiz dos males, segundo os participantes, seria a falta de recursos e de prevenção.



José Maria dos Anjos, Flávio Turra, Ana Amélia, Schardong e Márcio Langer na CRA: produtor brasileiro quer acesso aos insumos produzidos do outro lado da fronteira

Produtores brasileiros pedem ajuste das regras comerciais do Mercosul

Agricultores da região Sul dizem que o arroz e o trigo do país sofrem prejuízos com livre comércio, pois o alto custo do cultivo no Brasil torna mais barato para a indústria nacional adquirir esses produtos dos outros países do bloco

OS PRODUTORES DE arroz e trigo da região Sul reclamam que as atuais regras de livre comércio do Mercosul prejudicam a economia e a competitividade da indústria brasileira, porque, em razão dos custos de produção, é mais barato adquirir o arroz cultivado na Argentina.

Sexta-feira, em debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), os representantes dos produtores de arroz e trigo brasileiros defenderam um ajuste de simetria nas regras comerciais do Mercosul.

Os brasileiros também dizem não ter acesso a insumos como óleo diesel e fertilizantes produzidos nos outros países do bloco, o que seria fundamental para ampliar a disputa de mercado. Ressaltam que o Brasil é hoje o maior produtor mundial de arroz fora da Ásia e que o Rio Grande do Sul já é o primeiro estado do mundo em produtividade por hectare com arroz irrigado.

Para o presidente da Câmara Setorial Nacional do Arroz, Francisco Schardong, “essa parceria não está tendo ônus nem bônus, só favorece a indústria do Mercosul. O livre comércio não vale para os produtores rurais”.

– Se a indústria pode comprar arroz de quem desejar, queremos ter condições de comprar insumos deles – disse.

Schardong diz que o custo de produção no Uruguai é 30% menor que no Brasil e que para aumentar a competitividade é preciso tirar 32% de “peso morto” das costas dos produtores.

– Hoje, o arroz do Mercosul trabalha como indexador do preço. Negociamos a R\$ 19 a saca, quando se busca preço mínimo de R\$ 25,80 e o custo da produção é de R\$ 29. É uma questão difícil de resolver – afirma.

Os produtores explicam ainda que equipamentos da indústria do Sul do Brasil custam mais barato no outro lado da fronteira. Uma colheitadeira produzida em Horizontina (RS) é vendida no Brasil por R\$ 311 mil, mas, exportada para a Argentina, ela custa o equivalente a R\$ 243 mil. E um trator que aqui custa em média R\$ 79 mil é vendido lá por R\$ 55 mil.

Desafios a serem superados

Produção de arroz precisa reduzir custos para ganhar competitividade internacional. Cultivo do trigo compartilha o mesmo problema e enfrenta baixa liquidez do setor

Produção mundial de arroz em 2011 (em milhões de toneladas)		Competitividade da lavoura de arroz em 2011			
		Custo (US\$/ha)	(Kg/ha)	Custo (US\$/ton)	
China	139,30	RS*	2.200	7.600	289,47
Índia	94,50	Uruguai	1.450	7.200	201,39
Indonésia	36,90	Paraguai	1.400	6.000	233,33
Bangladesh	32,90	Argentina	1.326	6.300	210,48
Vietnã	25,25	EUA	1.300	7.300	178,08
BRASIL	9,45	Tailândia	450	2.500	180,00
Japão	7,72	Vietnã	390	3.000	130,00
EUA	7,55				

(*) O estado é o maior produtor de arroz do país.

Para ter competitividade, o Brasil precisa reduzir em **32%** seus custos de produção. Meta deve ser **US\$ 1.500/ha** para participar do mercado externo.

Importações de trigo (2011, em milhões de toneladas)		Principais problemas enfrentados pelo setor
Egito	9,5	• Baixa liquidez • Elevado custo de produção • Falta de salvaguardas contra o produto importado • Risco climático elevado • Número insuficiente de navios para cabotagem e legislação restritiva • Escassez de recursos para comercialização • Baixa efetividade dos instrumentos de política agrícola que garantam renda ao produtor de trigo
BRASIL	6,7	
Indonésia	6,2	
Comunidade Europeia	6,0	
Japão	5,5	

Fontes: apresentações de Francisco Lineu Schardong e Flávio Turra

Problemas são de logística, distribuição, custos e clima

O Brasil importa muito trigo – média anual de 6 milhões de toneladas – e não atende a demanda nacional devido a problemas de logística e distribuição, elevados custos de produção e riscos climáticos. O quadro foi descrito pelo gerente técnico e econômico do Sistema Cooperativista do Paraná, Flávio Turra. As máquinas utilizadas na lavoura são vendidas no Brasil com impostos e exportadas sem esse custo adicional. Quem mais vende ao Brasil é a Argentina (3,6 milhões de toneladas). A demanda é maior nos estados de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia.

Turra defendeu a criação de um instrumento de política agrícola que garanta renda ao produtor de trigo, cultura que se destaca por ocupar força de trabalho o ano todo, contribuindo para a segurança alimentar, a melhoria das con-

dições de renda das famílias e o meio ambiente, uma vez que o sistema de plantio direto reduz a erosão e melhora a qualidade do solo.

O representante do Sistema Cooperativista do Paraná disse que é preciso melhorar o transporte de cabotagem, para que o Brasil possa ampliar a competição com a Argentina e o Paraguai. Ele defendeu a imediata suspensão da autorização de importação automática de trigo da Argentina no período de comercialização da safra nacional, que vai de agosto a janeiro. Também um aumento de 10% para 35% da tarifa externa comum do Mercosul, além de uma tarifa compensatória, que anule vantagem concedida na origem, com autorização de uma cota de 200 mil toneladas de farinha de trigo por ano, contra a cota atual de 600 mil toneladas.

Diretor afirma que solução está no aumento da oferta

O diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário do Ministério da Agricultura, José Maria dos Anjos, reconheceu os problemas apontados pelos representantes dos produtores e afirmou que o governo vem procurando corrigir as distorções. Para ele, “os preços mudaram de patamar, o mundo demanda alimentos e só tem um jeito de resolver: aumentar a oferta”.

Com relação a alteração das regras de livre comércio do Mercosul, José Maria disse que o assunto não é da competência do ministério.

O debate contou também com a presença do assessor de política agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul Márcio Langer. Internautas de diversos estados participaram do encontro, enviando perguntas aos debatedores.

Estacionamento em shopping pode ser gratuito

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve decidir, amanhã, sobre projeto (PLS 87/11) apresentado pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) que estabelece frações de cinco minutos para os valores cobrados por estacionamentos em shopping centers.

Essas frações devem corresponder ao duodécimo do preço cobrado por hora. As permanências inferiores a 15 minutos seriam isentas de qualquer pagamento.

Em períodos superiores a quatro horas, os valores poderiam ser calculados de forma diferenciada, por período de frequência. Esses valores não poderiam ser inferiores ao valor de quatro horas calculado com base no critério anterior.

O projeto determina que os valores máximos por hora seriam estabelecidos pela prefeitura. Além disso, o consumidor que comprovasse gastos nos estabelecimentos do shopping correspondentes a no mínimo 20 vezes a quantia devida no estacionamento poderia ser isento de pagamento. Isso sem prejuízo da prerrogativa da administradora oferecer estacionamento gratuito ou limites mais baixos de gastos para a gratuidade.

O relator, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), recomenda a aprovação do projeto.

Aeronaves

A CAE decide também sobre autorização para o governo federal contratar empréstimo externo de 85 milhões de euros, a serem aplicados na modernização de 43 aeronaves de caça AMX, remanescentes da década de 1980. A matéria tem parecer favorável da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Antes das votações, os senadores definirão as emendas da comissão ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (PL 2/11-CN) que serão apresentadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Censo e FPM

Numa terceira parte da reunião, a CAE realizará audiência pública para apresentar os resultados do Censo Demográfico 2010 e debater a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O debate deve contar com a participação do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes; do secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin; e do presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski.

Episódio de quarta-feira, quando da discussão de duas MPs no último dia de validade, é exemplo do conflito gerado pelo fato de essas iniciativas passarem muito tempo na Câmara, obrigando o Senado a votá-las em tempo recorde

Após primeiro turno de discussão, PEC das MPs voltará à Comissão de Justiça

OS SENADORES DEVEM concluir esta semana o primeiro turno de discussão da proposta de emenda Constitucional (PEC) 11/11, de iniciativa do senador José Sarney (PMDB-AP), que estabelece novas regras para tramitação de medidas provisórias. Antes da votação em primeiro turno, a proposta retornará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CC), para análise de emendas apresentadas em Plenário. Até agora, foram encaminhadas três emendas, pelos senadores Walter Pinheiro (PT-BA), Pedro Simon (PMDB-RS) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Mesmo tendo sido aprovado na CCJ num clima de entendimento, em 11 de maio, o substitutivo elaborado pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG) encontra resistências no PT. Principalmente devido ao artigo que cria comissão composta por 12 senadores e 12 deputados para decidir se uma medida provisória está ou não de acor-

do com a Constituição e pode seguir em frente na Câmara dos Deputados e no Senado. O substitutivo também aumenta o prazo para exame das MPs pelo Senado e proíbe a inclusão de assuntos sem relação entre si na mesma medida provisória.

Na opinião do líder do PT, Humberto Costa (PE), é "mais racional" a ideia de a Comissão de Constituição e Justiça analisar a chamada admissibilidade das MPs, em lugar de uma comissão especial. Ele avaliou que a comissão proposta no substitutivo teria mais poder que o Congresso Nacional, já que poderia decretar o fim da validade de uma MP, sem possibilidade de recurso. A eliminação da comissão especial da PEC 11/11 consta de emenda apresentada por Walter Pinheiro.

A criação da comissão também foi criticada pelo senador Magno Malta (PR-ES), da base do governo, que chamou esse colegiado de "conselho de no-

táveis" e questionou os critérios para sua composição.

– Quem é notável? Eu tive 1 milhão e 700 mil votos para senador. Eu sou notável? Ou notável é quem tem sobrenome famoso, quem é neto de não sei quem? – indagou.

Tempo exíguo

Independentemente da solução encontrada para a admissibilidade, o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), diz que é preciso aprimorar a tramitação das MPs. No entender dele, as consequências do tempo exíguo para a análise das MPs pelos senadores "já estão se tornando inadmissíveis".

A batalha no Plenário do Senado na noite de quarta-feira, em torno de duas MPs na véspera de perderem a validade, foi um exemplo de conflito gerado pelo fato de essas medidas passarem muito tempo na Câmara, obrigando os senadores a examiná-las em tempo recorde,

muitas vezes sem o necessário aprofundamento. Esse foi o motivo alegado pela oposição para prolongar a sessão de quarta e forçar a queda das duas MPs por decorso de prazo.

Pelo substitutivo, caso a MP seja admitida pela comissão especial, a Câmara terá 50 dias para examinar a matéria. No Senado, o prazo será de 45 dias, depois da votação na Câmara. Se os senadores propuserem emendas, os deputados terão mais 15 dias, para novo exame do texto. Se, dentro de cada um desses prazos, a Casa que estiver examinando a MP não votá-la, a medida será arquivada.

Para o senador Pedro Simon, pelo menos nesse ponto, haverá unanimidade entre governo e oposição.

– Na primeira parte da discussão, que é dividir melhor o tempo entre o Senado e a Câmara, que é o original do presidente Sarney, eu acho que vai ser unânime a aprovação – disse.



Aécio Neves elaborou o parecer aprovado pela CCJ: resistências no PT



Emenda de Walter Pinheiro elimina a comissão especial para análise de MPs



Nova divisão do tempo entre Câmara e Senado é unanimidade, acredita Simon



Valadares apresentou emenda para que MP só possa tratar de um assunto

Sarney lamenta falta de consenso sobre rito das MPs

O presidente do Senado, José Sarney, lamentou a falta de consenso em torno da PEC 11/11, que muda a tramitação das medidas provisórias (MPs). Mas, mesmo com o anúncio do líder do PT, Humberto Costa (PE), de que os governistas não vão reconhecer o acordo feito na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sua expectativa é de aprovar a matéria nesta semana.

– Com a divisão no Plenário, a PEC não se torna tão consensual quanto foi, mas uma coisa ficou clara: nós precisamos de tempo no Senado para que tenhamos condições de votar as medidas provisórias – disse Sarney.

O relatório da CCJ é um substitutivo de Aécio Neves (PSDB-MG) à proposta apresentada por Sarney. Além de aumentar o prazo para exame das MPs no Senado, ele propõe que comissão mista seja encarregada de fazer a análise prévia de admissibilidade da matéria e proíbe a inclusão de assuntos sem relação entre si na mesma MP.

Cristovam: Congresso está inativo por inoperância

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou a "deselegância" dos embates entre parlamentares ocorridos na noite da última quarta-feira, mas disse que o problema realmente grave era o fato de mais uma vez estarem sendo votadas MPs sobre temas sem urgência, de conteúdo pouco conhecido ou controverso.

– O verdadeiro problema não foi um e outro parlamentar quase se atacam. Vemos na televisão parlamentares se atacam por aí em outros países. É péssimo, mas não é contra a democracia. Contra a democracia é votar sem saber o que se vota; contra a democracia é votar coisas sérias em apenas duas horas – avaliou.

Cristovam ainda lamentou que, apesar da rejeição de duas MPs, outra que se encontrava na pauta e que tocava em 52 assuntos diferentes acabou sendo aprovada. Para ele, não há como explicar à luz das regras constitucionais que uma MP envolvendo temas tão diversos possa ser considerada urgente.

– Não podemos culpar a presidenta [Dilma Rousseff], mas, sim, o governo, por criar um fato que nos obriga a votar dessa forma – disse.

Cristovam lembrou que a promessa de Dilma era a de que haveria tratamento mais respeitoso com o Congresso, mas disse que não se pode culpar o Executivo ou o Judiciário por situações que comprometem a autonomia do Legislativo. De acordo com o senador, é o próprio Congresso que se submete.



Há omissão do Congresso em temas importantes como violência escolar

– Estamos submissos por inoperância. Hoje somos irrelevantes no processo brasileiro porque ele é feito por medidas provisórias e medidas judiciais. Só que um país sem Legislativo não é democrático – avaliou.

O senador destacou ainda um conjunto de temas que, na sua visão, precisam de urgente atenção, mas sobre os quais "há omissão do Congresso": a violência nas escolas, a promiscuidade entre o setor público e o privado (ele apontou como exemplo disso a crise associada ao ministro da Casa Civil, Antonio Palocci), e a desindustrialização do país, entre outros.

Melecchi

Cristovam também lamentou a morte do presidente da Zonal do PDT do Guará (DF), Harrison Melecchi, de 40 anos, que foi sepultado na sexta-feira, em Brasília. O senador lembrou que Harrison era membro de seu partido e "foi um dos mais atuantes integrantes do movimento educacionista brasileiro".

– Era uma grande figura do Distrito Federal – ressaltou.